

Akokoto: a força ancestral

» MARISOL KADIEGI

Jornalista, documentarista, especialista em história, cultura, identidades e fronteiras e em fotografia como suporte para a imaginação

Os rituais presentes na sociedade angolana, o funeral é a cerimônia mais intensa e marcante em que a virtude da solidariedade mais se manifesta, tornando-se um tempo presente de reorganização social dos que ficam. Quando a morte é de uma autoridade tradicional, a solenidade toma uma dimensão extracorporeal e até espiritual. Os detentores desse poder hoje são os sobas ou regedores — eles entre a comunidade e as autoridades políticas de governo. Não se entra numa localidade angolana sem que exista a autorização prévia do soba. Não se entra num rio para tomar banho sem que o soba dê licença ao visitante — ou seja, é a essa autoridade que a comunidade segue e respeita. Então, quando o funeral é de uma dessas lideranças, as exéquias chegam a demorar dias e são cercadas de mistério.

A morte nas sociedades africanas é tratada como uma viagem em que o corpo se foi, mas o espírito ou a alma permanece neste plano, sendo, muitas vezes, digno de rituais de agradamentos e consultas para o bom encaminhamento da comunidade terrena. “Os antepassados são considerados intermediários entre a comunidade viva e o mundo espiritual”, segundo Kunonoka. Portanto, dar a conhecer sobre a cerimônia neste artigo é também um buscar de si, falar de si para si, usando uma perspectiva do conhecimento do “desde dentro”, conforme pontua a antropóloga Sheila Walker. Os africanos devem falar de suas histórias para seu povo, falar de si para os seus.

África é o nosso quilombo, cujo nome original vem de Angola e que, em determinado momento da história do país, queria dizer um acampamento de guerreiros na floresta administrado por chefes, uma organização africana extremamente diversificada. Ou seja, falar de quilombo está associado ao nosso viver, pois foi nesses espaços que resistimos, nos aquilombamos e fizemos a história. Construímos arte, memória, marcamos nossa territorialidade, fizemos patrimônio material e imaterial, enraizamos nossos akokotos, celebramos nossa ancestralidade e assentamos vidas.

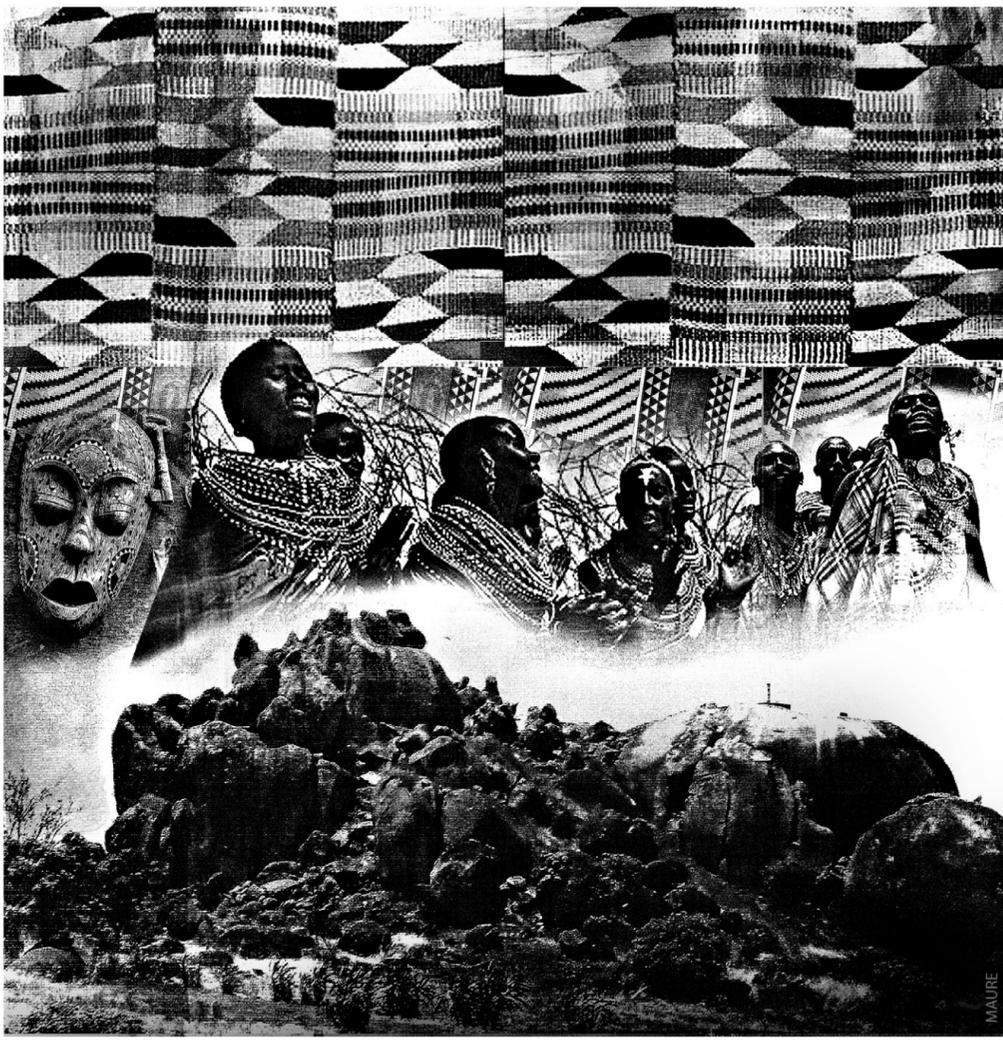
Pedimos licença aos ancestrais para escrever sobre um dos povos de África e render aqui num breve relato, nossa homenagem à dignidade soberana dos povos primários do planeta. Os ovimbundos, grupo étnico

falante do umbundu, ocupa a região do planalto central angolano. São herdeiros do reino do Bailundo, fundado pelo rei Katiavala no século 15. Esse povo preserva e mantém sua cultura por meio da tradição oral, responsável pela transmissão da história. Continuam resistindo, resignificando, recriando suas crenças nos seus diversos costumes, como o ritual de nascimento de gêmeos, tendo como principais elementos a dança, a música e a alimentação.

É na morte que está sua maior veneração, quando praticam o akokoto, lugar sagrado de seus antepassados. Pois, como afirma Muniz Sodré, “a Terra guarda os segredos da vida e da morte”. Akokoto, termo do umbundu, pode ter o significado de crânio, mas que, em sua extensão, pode ser considerado como a evocação de uma instituição espiritual cuja essência é o local onde são guardados os crânios dos soberanos. Esses cemitérios devem ficar em locais de baixas temperaturas para favorecer a conservação das caveiras e em locais ermos para evitar a profanação ao sagrado. É a eles que a comunidade recorre em momentos de alegria, de tristeza e de qualquer infortúnio. O ritual é uma crença ritualística que se

religa com seus antepassados ou mesmo com Nzambi (Deus), o ser superior em quem a comunidade deposita suas aspirações. É dentro dessa dimensão sociocultural que o povo resiste para a manutenção de suas tradições. A essência dos akokotos como grandes bibliotecas perpetua os sábios. Com os crânios enterrados, enterrada toda a enciclopédia, reforça o provérbio africano “Quando morre um griô, morre com ele toda uma biblioteca”. Na África, o crânio como visto acima tem o valor do sagrado, e a perpetuação para que nossa existência possa ter força e continuar a trajetória.

Angola é um dos países mais diversos na sua riqueza cultural, terra da soberana rainha Nzinga Mbandi. Como ela — referência da história angolana —, os akokotos com seus rituais transmitidos de geração para geração são patrimônio sociocultural religioso. Registrar o ritual e poder dividir esse saber com aqueles que nos leem faz de nós portadores da cultura de um povo africano, um povo que ainda sofre as consequências de uma desvalorização, cultural, étnica e intelectual. Por isso, não teria sentido nossa existência se não buscássemos nosso levante, nossa história e ancestralidade.



Parlamento Europeu adia lei sobre desmatamento: o que muda agora?

» PAULA WOJCIKIEWICZ ALMEIDA

Professora da FGV Direito Rio, coordenadora do Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG) e do Centro de Excelência Jean Monnet EU-South-America Global Challenges

» GABRIEL RALILE

Pesquisador do Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG) da FGV Direito Rio

Em 14 de novembro, o Parlamento Europeu votou e aprovou alterações relevantes à nova lei sobre desmatamento (European Deforestation-Free Regulation, ou EUDR na sigla em inglês). A norma tem como escopo regular a entrada e circulação de produtos de sete commodities no mercado da União Europeia (UE), proibindo-os se originados de regiões desmatadas. Entre os commodities regulados estão produtos oriundos de soja, gado, óleo de palma, madeira, cacau, café e borracha natural. Além disso, a norma cria um sistema de classificação de países (benchmarking) com base em risco, refletindo em maiores ou menores obrigações diante da norma.

Em suma, a sessão plenária concordou em adiar a entrada em vigor da EUDR por 12 meses, bem como adicionar uma nova categoria de países “sem risco” em seu sistema de benchmarking, assim suavizando as obrigações da norma. As propostas passarão por negociações interinstitucionais no âmbito do legislativo da UE, o chamado trilogue entre a Comissão, o Parlamento e o Conselho Europeu.

Essas decisões são reflexo de reações de descontentamento internacional e na própria UE quanto ao curto período de transição da norma de apenas 18 meses, impedindo uma preparação adequada, e obrigações que seriam demasiadamente custosas. A comunidade internacional, sobretudo produtores e exportadores de commodities regulados, tem se queixado quanto a possíveis impactos no comércio internacional. Inclusive, estudos recentes, como do Banco Mundial e da empresa Global Data, constataram potencial impacto nos índices de exportação de países produtores e o repasse de encargos para consumidores.

Diante dessas críticas, em 2 de outubro, a Comissão Europeia propôs um adiamento de 12 meses da EUDR. Posteriormente, em 6 de novembro, o Partido Popular Europeu (PPE) propôs 15 alterações à lei, seis das quais foram posteriormente retiradas e oito aprovadas na sessão plenária do último dia 14. Entre as justificativas para adoção da emenda apresentadas pelo PPE, citou-se a necessidade de não aplicação da norma a atores de menor participação na cadeia de valor, de se assegurar um período justo de transição e criar uma proporcionalidade na aplicação da norma.

A votação ressalta as controvérsias e dúvidas que ainda circundam a implementação da EUDR. Contudo, seu resultado também sofreu duras críticas, a citar impactos negativos da prorrogação da norma àquelas empresas que já se prepararam, potencial discriminação oriundo da nova categoria “sem risco” na classificação de países e possível racha interna no Legislativo da UE ante posturas divergentes sobre a norma. Além disso, alguns membros do parlamento relataram problemas técnicos para a votação que os impediram de votar, indicando que foi negado pedido de reexecução dos votos.

Para os países produtores, o tema também tem como desafios desafios de natureza prática, como pela necessidade de utilização de sistemas de monitoramento e rastreabilidade visando garantir a regularização de áreas florestais. No caso do Brasil, observa-se instaurado um arcabouço de proteção ambiental — o que inclui o Código Florestal Brasileiro e programas e ferramentas, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Selo Verde Brasil, o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) e o Sistema Brasileiro de Agrorastreabilidade (Sisbraar). No entanto, ainda há incertezas se esses mecanismos serão considerados válidos pela EUDR, ensejando que estejam em constante evolução para se adequarem à norma. Por exemplo, no começo de novembro, a gigante francesa do setor de alimentação Danone teria indicado ter encerrado compra de soja do Brasil dado que o país não teria mecanismos em acordo com a EUDR, voltando atrás no posicionamento poucos dias depois.

Dada à falta de maiores direcionamentos quanto à norma e disponibilização dos instrumentos e documentos de apoio à sua implementação, como o benchmarking, a EUDR requer um diálogo internacional para promover sua implementação de forma não contenciosa ou discriminatória, com isso alcançando seus objetivos de sustentabilidade. No contexto em que a agenda ambiental ganha mais destaque com a realização da COP 29 no Azerbaijão, entre 11 e 22 de novembro, e o encontro do G20 no Brasil, entre 14 e 19 de novembro, observa-se grande oportunidade para a discussão do tema e de desafios similares. Inclusive, em suas declarações, o próprio G20 reafirmou o compromisso de intensificar esforços para garantir a sustentabilidade ambiental e climática, abrangendo a proteção de florestas como um de seus principais pontos.

Melhor não saber

» JOSÉ HORTA MANZANO

Empresário

Um ano atrás, um antigo e conceituado laboratório brasileiro de análises clínicas informou à distinta clientela que seu arsenal passava a contar com um novíssimo teste para diagnóstico de Alzheimer. O informe veio escrito em mediquês, mas, assim mesmo, o não iniciado consegue entender que, para o teste, basta uma trivial amostra de sangue; como se vê, um simples exame de laboratório hoje pode mais que bola de cristal.

A grande novidade é que o futuro doente já pode ficar sabendo, com anos de antecedência, que vai terminar a vida com Alzheimer. Do ponto de vista médico, é uma conquista e tanto! Do ponto de vista do paciente, a vantagem de um pré-diagnóstico tão precoce ainda está para ser verificada.

Já faz alguns meses que este blogueiro, já entrado em anos, vem notando que, com irritante frequência, palavras lhe faltam no meio de uma conversa. Não se trata, por enquanto, da situação dramática do indivíduo que se encontra vagando na rua à noite de pijama e que não se lembra mais do próprio nome. Mas o fato é que, no meio de uma fala, quero usar um verbo, um nome ou um adjetivo, e o verbo não vem, nem o nome, nem o adjetivo. Não é trágico, mas é desagradável.

Comentei com o médico generalista que me

cuida há anos. Contei a ele o problema e disse também que tinha ouvido falar de uma instituição especializada em detectar, por meio de apurados testes de memória, os primeiros ataques de algum tipo de demência que estiver para apontar no horizonte. Pensei que, talvez, pudesse ser útil saber antes, para tomar alguma providência.

O doutor me aconselhou a não procurar a tal instituição. Seu argumento foi claro: “O senhor vai voltar pra casa com um carimbo aplicado na testa. Além do mais, pra essa doença não há vacina nem cura. Fique tranquilo e viva normalmente.” Entendi a mensagem e desisti de procurar a tal instituição. E continuo tranquilo e tocando a vida normalmente.

O falecimento do homem de letras e acadêmico Antônio Cícero, ocorrido há algumas semanas, ecoou na mídia brasileira. Numa viagem sem volta, o poeta veio à Suíça para um procedimento de suicídio assistido — que eu saiba, a Suíça é o único país onde essa prática está legalmente descrita e rigorosamente enquadrada.

Se o poeta decidiu tirar a própria vida, não terá sido em decorrência de um desengano amoroso, nem por ter dívidas insolúveis, tampouco por estar com câncer em estado terminal — nenhuma dessas desgraças. O que o atormentava a ponto de tirar-lhe o gosto de viver era a

perspectiva de ser entranhado pelo mal de Alzheimer, do qual já sentia as primícias.

Cada cabeça, uma sentença. Assim como acatei o conselho de meu médico e abandonei a ideia de fazer a bateria de testes de memória, não tenho intenção de me submeter a um exame de sangue para detectar Alzheimer. Se a doença for pra vir, virá de qualquer maneira, com testes ou sem eles. Portanto, de que adianta ficar sabendo de véspera se nada se pode fazer para evitar?

Pode ser que alguém prefira estar preparado. Na minha maneira de pensar, não faz sentido. Se houvesse meios de retardar, suavizar ou eliminar a doença, seria outra coisa; mas, no estágio atual da ciência, não há que fazer.

Ao contrário. Tenho a impressão de que saber de antecedência o nome da doença feia que vai nos agarrar daqui a não se sabe quantos anos pode até precipitar a chegada que se queria retardar. O estresse que essa pré-ciência vai provocar é capaz de estragar a existência e tirar o gosto de viver.

Não conheço os detalhes do caso do acadêmico Antônio Cícero. No entanto, é permitido supor que, se os descarrilamentos de sua memória não tivessem sido etiquetados com o nome de Alzheimer, ele ainda estivesse entre nós. E talvez viesse a morrer de outra coisa antes da piora da doença.